

Dionisio Borobio

**Compreender, Celebrar e Viver
a Reconciliação e o Perdão**



EDITORIAL A.O.

Título original:

*Para Comprender, Celebrar y Vivir
la Reconciliación y el Perdón*

Dionisio Borobio

© *Dionisio Borobio*

© PPC, Editorial y Distribuidora, SA

C/ Agastia, 80

28043 Madrid

ISBN 84-288-1670-0

Tradução

Manuel Pereira Gomes, S.J.

Capa

Constança Archer de Carvalho

Paginação

Editorial A. O.

Impressão e Acabamentos

Empresa Diário do Minho, Lda.

Rua de Santa Margarida, 4

4710-306 Braga

Depósito Legal nº

383001/14

ISBN

978-972-39-0782-7

Outubro de 2014

Com todas as licenças necessárias

©

**SECRETARIADO NACIONAL
DO APOSTOLADO DA ORAÇÃO**

Rua S. Barnabé, 32 – 4710-309 BRAGA

Tel.: 253 689 440 * Fax: 253 689 441

www.apostoladodaoracao.pt / livros@snao.pt



Introdução

Na vida, há aspectos, formas e maneiras de proceder que vão perdendo importância, vão-se desvalorizando, porque não nos sentimos suficientemente capazes ou aptos para os renovar, para os adaptar às alterações de sensibilidade e de comportamento que a própria vida nos vai impondo. Pode ser o caso da reconciliação penitencial. Há nela aspectos e formas próprios de determinado momento histórico, cultural e eclesial (forma e lugar da celebração, gestos e sinais para a celebração...), e outros aspectos e formas inerentes à essência do sentido e ao sinal fundamental do sacramento.

O nosso objectivo é oferecer uma síntese simples a propósito do sacramento da reconciliação penitencial, procurando:

- Destacar o que há de fundamental e permanente, relativizando o secundário e mutável.

- Ajudar a compreender o conteúdo e o sentido deste grande sacramento da conversão, reconciliação e do perdão.

- Recordar a pluralidade de formas de celebrar e viver essa conversão, reconciliação e perdão.

– Mostrar a relação que existe entre a reconciliação sacramental e as reconciliações reais da vida.

Acreditamos que esta breve apresentação pode servir de ajuda para todos os que se preocupam com a sua formação na fé (fiéis cristãos), ou se ocupam da transmissão da fé (catequistas, movimentos e ministérios laicais), com a celebração do sacramento ou em presidir à sua celebração (comunidade cristã, sacerdotes).

Visão antropológica: que tem o sacramento a ver com a vida?

Quando as coisas perdem o seu sentido e os sinais o seu significado, há qualquer coisa de importante a pedir a nossa atenção, a reclamar revisão para relançar o nosso «a fazer». É, possivelmente, o que está a acontecer com o sacramento da reconciliação penitencial. Se a conversão, a reconciliação e o perdão são elementos que fazem parte constitutiva do ser cristão e se exprimem de forma única e privilegiada no sacramento da reconciliação penitencial, a Igreja não pode ficar indiferente perante uma situação que corre o risco de pôr em causa a sua necessária integração na vida cristã.

Temos, pois, que reflectir sobre a riqueza teológica e a renovação pastoral deste sacramento. Trata-se de redescobrir o seu sentido para nos alegrarmos com a sua riqueza e de aprofundar o seu significado para admirar o seu mistério. A desproporção entre o que o homem apresenta com a sua vida e o que Deus oferece com a sua misericórdia é infinita. Encontramo-nos, de maneira sempre nova, perante o *mysterium pietas* a superabundar sobre o *mysterium inequitatis*¹ e Deus

¹ «Mistério da piedade» e «mistério da iniquidade» [N.T.].

a manifestar-Se como o infinitamente Outro pleno de amor.

1. Princípios de compreensão

Para compreender o que a seguir vamos expor, devemos ter em conta os princípios seguintes:

A) A reconciliação penitencial tem a sua raiz na própria vida

Não devemos entender o sacramento da penitência como uma realidade de preceito ou lei, que a Igreja nos impõe fora da vida ou à margem da nossa própria existência. Pelo contrário, a penitência tem uma profunda raiz antropológica, existencial e social: corresponde à necessidade que o homem sente de recuperar o ideal perdido, de reafirmar os valores que dão sentido à sua vida, de reconstruir a sua própria história pessoal numa nova relação com a história dos outros. Por isso, no sacramento, perante o fracasso de uma perfeição sonhada, reafirma-se o objecto ideal do nosso desejo. Perante a irresponsabilidade culpável, proclama-se a verdade da responsabilidade. Perante a injustiça, exprime-se o compromisso consequente com a justiça. Perante a divisão e o ódio, regenera-se a unidade e o amor. Perante a solidão e a separação, reafirma-se a fraternidade e a solidariedade. Perante a escravidão do pecado e a dependência, aposta-se na liberdade dos filhos de Deus. Perante a violência e a discórdia, renova-se a paz consigo mesmo, com Deus e com os outros.

Celebrar a reconciliação é, portanto, a expressão sacramental que realiza essas aspirações do desejo ou do ideal evangélico e cristão que dão sentido e renovam, de modo permanente, a nossa vida, sem dar lugar nem à indiferença nem ao pessimismo, nem à renúncia àquilo que constitui a verdade e é o centro do sentido da nossa própria existência. Trata-se de objectivar sacramentalmente, num processo de «auto-reconciliação» consigo mesmo e de «hetero-reconciliação» com os outros e com Deus, aquilo que o homem vive, na tensão entre o seu existir limitado e a sua aspiração infinita, com a fé e a confiança de que Deus nunca o abandona e chama-o, sempre, com a sua misericórdia, a uma renovação permanente que, embora «já» esteja a acontecer, «ainda» não chegou à plenitude.

B) A reconciliação penitencial: um «encontro-a-três»

O que se pode afirmar de qualquer sacramento, deve dizer-se, com especificidade própria, do sacramento da reconciliação penitencial. É um encontro em que intervêm: Deus com a sua misericórdia gratuita e salvadora; a Igreja, com a sua acção mediadora e ministerial; e o sujeito penitente, na sua situação de pecado e disponível para a conversão. É evidente que cada um destes «personagens» intervém segundo o que é e significa: Deus, como o Deus Trindade; a Igreja, como o «nós» comunitário; o homem, como a pessoa individual, concreta; é igualmente evidente a desproporção e a analogia. Também o é a diferença de objectivo, pois se Deus intervém para nosso perdão, a Igreja actua para a manifestação visível desse perdão a partir da reconciliação consigo

mesma e o penitente fá-lo para renovar a sua vida e a sua relação com a Igreja e com Deus.

É, de facto, uma acção desproporcionada, embora comum, cuja finalidade é recuperar o ideal, já assumido no baptismo, de uma vida em justiça e paz, em alegria e amor com Deus e, ao mesmo tempo, com a Igreja. É o que se quer dizer quando se fala, em todos os documentos depois do Vaticano II, sobre a penitência como renovação e encontro, como reconciliação e como paz com Deus e ao mesmo tempo com a Igreja. É um encontro no qual, partindo do reconhecimento da própria realidade e identidade, da aceitação da diferença e comunhão de cada um dos «personagens», se renovam a vida e a relação, em gozo gratuito e gratificante, daquele (penitente) que as tinha posto em perigo pelo seu pecado e existência não reconciliada.

C) Reconciliação penitencial: nomes para um mistério

«Sacramento da confissão» foi o nome mais usado, durante muito tempo (sobretudo depois do século XIII), para indicar todo o mistério complexo da misericórdia, do perdão, da conversão e da reconciliação... Tratava-se, de facto, de uma fixação num dos aspectos relativamente secundários da acção penitencial, pois a confissão oral é apenas um dos actos do penitente, não precisamente o mais importante – esse é a conversão – e, além disso, não exprime a acção dos outros «personagens» (nem Deus nem a Igreja se confessam), nem o objectivo central do sacramento, que será sempre a reconciliação e o perdão. Consciente desta excessiva

polarização e parcialidade, e tendo em conta a tradição permanente e o significado central do sacramento, o *Catecismo da Igreja Católica* recolheu os cinco nomes mais apropriados para o designar:

- Sacramento da misericórdia e do perdão,
- Sacramento da reconciliação,
- Sacramento da penitência,
- Sacramento da conversão,
- Sacramento da confissão.

Cada um dos nomes exprime um aspecto importante e reflecte uma dimensão do mistério, a necessitar de explicação complementar. Contudo, a denominação mais adequada, segundo *Reconciliatio et Poenitentiae*, é: «sacramento da reconciliação penitencial». Nesta denominação, além de estar indicado o objectivo central do sacramento, está implicada a intervenção daqueles que designámos como «personagens» (Deus, a Igreja, o sujeito penitente), e destaca-se a acção penitencial ou laboriosa que especifica a situação pecadora do baptizado penitente.

2. Experiências humanas de reconciliação penitencial

Somos sempre assaltados pelo perigo de separar o sacramento da vida ou de ficar indiferentes perante aquilo que o sacramento significa ou exige. Há muitos cristãos que, expressamente, nem rejeitam, nem acei-

tam a penitência, simplesmente ignoram-na e esquecem-na. A vida, contudo, vai-nos carregando de experiências, vividas a partir do centro existencial da pessoa que somos, que nos interrogam e não nos deixam prescindir, sem mais, do sacramento. É no enredo do próprio viver pessoal e colectivo que nasce o desejo de viver em paz com Deus e com a própria consciência, o anseio de reconciliação com Deus e com os outros. Quais são essas experiências humanas? Recordamos, brevemente, algumas.

A) A experiência da «não totalidade»

É a que vivemos quando experimentamos a incapacidade de harmonizar o ideal para que tendemos com a vida real que vivemos. Com frequência, como nos diz S. Paulo, não fazemos nem somos aquilo que queremos, e fazemos e somos aquilo que não desejamos (doenças, fracasso pessoal, injustiças, egoísmos...). Experimentamos, então, com especial força a não coincidência connosco mesmos, a reticência a respeito da realização a que aspiramos, a incapacidade de ser «totalmente nós próprios», de nos auto-possuirmos na totalidade. E, no entanto, sentimos uma ânsia irresistível de fazer coincidir o nosso ser com o nosso dever ser e de superar esta contradição existencial.

O sacramento da penitência não anula essa experiência. Mas exprime que, diante dela, não cedemos à renúncia pessimista, antes apostamos no ideal, renovamos a nossa luta pela totalidade, mesmo conscientes da limitação humana.

B) A experiência da «não inocência»

Todo o ser humano vive, também, a experiência da «falta», da «culpa», da transgressão, do pecado, desde o momento em que toma consciência de que se contradisse, se desviou do ideal que tinha assumido, das normas aceites de pertença, do dever ser, de Deus. Por isso mesmo, a falta vem a ser assim como um acidente, um estorvo que não se pode inscrever na «memória» (no ideal), uma realidade à margem daquilo que decidíamos ser. Além do mais, descobrimos que as coisas acontecem assim, não sem nós, mas a partir de nós; não sem a nossa vontade, mas com a sua participação. Assiste-nos uma consciência de culpabilidade recta, que nos desvenda o grau de responsabilidade pessoal. Os sentimentos de culpabilidade recta fazem parte da nossa saúde psicológica. Esta experiência produz no homem uma sensação de rotura, de desfasamento interior, de desgosto e de repulsa. Mas todo o humano continua, sempre, a aspirar, com todas as suas forças, a uma harmoniosa e plena disposição e realização de si mesmo.

O sacramento da penitência supõe uma recta consciência da culpabilidade. Mas com o sacramento mostramos que a queremos superar, não nos instalando numa atitude doentia ou em escrúpulos aniquiladores, mas reconhecendo a nossa verdade perante Deus e a Igreja, e confiando no novo começo de vida com a graça misericordiosa de Deus Pai.

C) A experiência da «não justiça»

Normalmente, todo o homem tem um ideal de justiça e de convivência social. Mas nota, com frequência, que esse ideal, no que a si mesmo e aos outros se refere, entra em contradição: vê a injustiça e é injusto, oprime e sofre a opressão, sofre violência e é violento. Que fazer? A «indignação» é um primeiro passo que nos compromete. Se formos sinceros, leva-nos a rejeitar qualquer participação ou cumplicidade com a injustiça e a usar os meios para a combater, conscientes de que todos somos responsáveis, em alguma medida. A injustiça nunca se resolve com a desculpa, menos ainda com nova injustiça, mas com a aposta eficaz em meios e atitudes que promovam a justiça.

O sacramento da penitência não é só a proclamação da nova justiça de Deus com os homens, mas também compromisso em reparar a injustiça e empenhar-se em viver justamente.

D) A experiência da dependência

O homem foi criado para ser livre. Não há nada, hoje, mais enaltecido que a liberdade pessoal. Contudo, abundam os âmbitos em que o homem vive a experiência da dependência, não raro, a experiência da escravidão. Dependemos de factores hereditários, familiares, educativos, culturais, ambientais, sociais, religiosos... Nesta «aldeia global» em que o mundo se transformou, com os meios de comunicação e informatização que possuímos, com a economia mercantilista de consumo, sentimos,

hoje, formas novas de escravatura e dependência. A liberdade não é definitivamente uma coisa plenamente conquistada. É sempre uma meta a alcançar.

Para o crente, o sacramento da penitência, longe de ser um rito que escraviza ou limita a liberdade num quadro de preceitos, quer ser o sacramento pelo qual nos vamos libertando do pecado, verdadeira escravidão, e experimentamos de novo o gozo de viver na liberdade de filhos de Deus.

E) A experiência da divisão

Aspiramos à unidade e comunhão com os outros, desejando encontrar a felicidade na relação e convivência com os outros. Contudo, vivemos a experiência da divisão, da rotura, do rancor e do ódio, da solidão... A globalização deste nosso mundo, a massificação da sociedade não impedem que o homem não sinta na sua própria carne o amargo de divisões, de intolerâncias, de violências, de guerras.

Pelo sacramento da reconciliação penitencial, o crente quer superar a rotura que sempre supõe o pecado sério, recuperar a comunhão com Deus e com os outros, renovar a experiência de fraternidade que o leva a construir uma convivência baseada no respeito, na tolerância, no amor.

F) A experiência da insegurança

É uma constante, na vida pessoal e colectiva da humanidade, aspirar à paz, à segurança e ao bem-estar. É

certo que em poucas épocas se apregoeou e defendeu tanto a paz como nos nossos dias. Mas também é verdade que em poucos momentos como o actual se fabricaram e possuíram tantas armas para a guerra e tão destruidoras. Infelizmente, a guerra continua a ser uma realidade presente. Lamentavelmente, a insegurança está enquistada em todos os âmbitos (pessoal, laboral, cidadão, económico, nacional, internacional...). A paz verdadeira e plena, interna e externa continua a ser um sonho para o homem.

O sacramento da reconciliação penitencial não resolve, na prática, os problemas da insegurança, nem os conflitos violentos. Mas celebra, proclama e concede a paz com Deus e com a Igreja, e empenha-nos e compromete-nos a proclamar, lutar e construir a paz.

G) A experiência da alegria

Além das experiências anteriores, é preciso sublinhar a «outra experiência», a mais positiva e gratificante, aquela que consegue levar-nos, sobretudo em momentos privilegiados e luminosos, a «tocar» e sentir o gozo de se ser quem se é, a plenitude do amor, a grandeza de conviver e partilhar com os outros. Estes momentos constituem o ponto de referência, o ideal humano de realização dessas aspirações de plenitude, de amor, de justiça, de convivência e de paz para que a nossa vida tende. Por outras palavras, esta é a experiência da reconciliação, de «estar de bem e em paz» com Deus, consigo e com os outros. Experiência que, se não perdeu a sua força de ideal atractivo, é sempre estímulo para uma repetição permanente.

H) Sentido da reconciliação a partir da experiência

A partir das experiências apresentadas, achamos possível compreender de forma mais acessível o caminho da reconciliação, a sua essência e o seu conteúdo, a sua vital necessidade.

O sacramento da reconciliação penitencial ajuda-nos a superar, por um lado, a atitude de indiferença («tanto me faz, preocupar-me... para quê!»), por outro, a atitude de pessimismo («nunca chegarei a ser eu mesmo»), ou a atitude de passividade («é impossível conseguir a justiça e a paz»).

O verdadeiro caminho para a reconciliação não consiste nem na desistência perante o inacabado, nem na arrogância frente ao possível, mas no reconhecimento do positivo que pode haver no inacabado, como estímulo e força dinâmica para a realização do possível. Isto é, está na auto-reconciliação, sem renunciar ao ideal. O homem não é nem um «não» nem um «já», mas um «ainda não» que deve estar aberto e ser criativo, que deve lutar e avançar. Reconciliar-se consigo mesmo é reconhecer o que se é e o que se está chamado a ser, aceitando com esperança a tarefa e a aventura de uma luta pelo ideal que sempre fica por realizar em plenitude.

Pois bem, a força da auto-reconciliação apoia-se, para o crente cristão, na segurança de uma hetero-reconciliação que nos vem de Deus, pela cruz de Cristo, e que se prolonga na história, por mediação da Igreja. O cristão defende que Cristo é a única utopia real de reconciliação, porque n'Ele já se realizou, pela sua morte e pela

sua cruz, de modo único e irrepetível, a reconciliação a que aspiramos. A auto-reconciliação humana é verdadeira quando se vive num projecto de hetero-reconciliação. Este projecto, para o cristão, é aquele que procede de Deus, em Cristo. Em Cristo, a finitude, o pecado, a injustiça foram vencidos, a sua raiz negativa foi arrancada cerce, a sua força aniquiladora foi transformada. Para o crente, já não são lugares de ausência de reconciliação, antes chamamento para um afazer e um caminho que, está seguro, o levam à verdadeira reconciliação.

É aqui que encontra o seu verdadeiro fundamento o sacramento da reconciliação, na sequência desta vida e destas experiências, que continuamente nos chamam para outro lugar e outra plenitude de reconciliação. Na reconciliação com Deus «joga-se» a reconciliação com os homens. Na reconciliação com os homens «joga-se» a reconciliação com Deus.

3. Situação vital e sacramento da reconciliação penitencial

O sacramento da penitência, como todo o sacramento, responde não só a umas experiências gerais da vida, mas também a uma situação vital fundamental que impregna o ser do homem crente e o move a seguir o processo da reconciliação. Porque o sacramento de reconciliação é um sacramento só para baptizados, esta situação vital fundamental deve ter qualquer coisa de específico. Como e porquê?

A) A conversão-penitência, um existencial cristão

Todo o batizado, em princípio, comprometeu toda a sua vida num estilo de existência na qual o pecado não deveria ter lugar. O compromisso do batizado pela santidade é um compromisso irreversível. Mas o cristão, como qualquer homem, conhece muito bem a sua fragilidade e o seu pecado. O ideal da fé e da santidade é, também para ele, um «ainda não», a que tem que aspirar e pelo qual tem que trabalhar com todas as forças. A salvação realizada em Cristo, e por ele já participada no baptismo, ainda não se realizou nele. À experiência de já-estar-salvo junta-se a experiência de esperar-a-salvação definitiva ou escatológica.

É precisamente este aceitar de uma existência em tensão que o convence de que a conversão não pode desligar-se da fé, porque, como esta, é uma tarefa permanente e não uma realidade encerrada. O «convertei-vos e acreditai» do Evangelho (Mc 1, 15) não é apenas uma condição anterior ao baptismo, é também uma urgência pós-baptismal. Acreditamos em Deus convertendo-nos e convertemo-nos a Deus acreditando. A conversão não é um acréscimo accidental ou esporádico do ser cristão, é a forma de o ser verdadeiramente. À «primeira» conversão (baptismo) deve seguir-se a conversão «permanente» (vida cristã).

A penitência, cujo centro é a conversão, é, portanto, um existencial cristão. O batizado, antes de «fazer penitência», é penitencialmente. E o sacramento, antes de ser uma realidade celebrada, começa por ser uma realidade vivida.

B) A situação vital do sacramento da penitência

Os sacramentos enraízam-se nas situações fundamentais da vida humana: nascimento, crescimento, amor comprometido, aceitação de uma função, doença... Sendo assim, devemos perguntar: qual é a situação vital própria do sacramento da penitência? Se toda a vida do cristão é «penitencial» (virtude da penitência = conversão permanente), que tem de específico o sacramento da penitência?

Para responder a estas questões, recordemos primeiro que «uma situação fundamental» da vida «é um ponto álgido da vida, um centro existencial, um lugar privilegiado para o próprio ser, que, pela intensidade e comoção total que supõe na pessoa, se converte em ponto de partida para um futuro novo, cunhado pela transcendência, pela interpelação e convite que nos abre novos horizontes do ser no Ser».

As características mais comuns de toda a situação sacramental são: a pergunta fundamental, a recapitulação da história própria, o envolvimento total do ser, o encontro com o próprio mistério, o convite à decisão, a mudança ou a renovação do mundo inter-relacional (com Deus, com os outros, consigo), a suspeita ou abertura ao mistério do Outro. Convém, contudo, notar que existem elementos de diferenciação entre as diversas situações, pois não estão em causa situações «unívocas», mas «análogas». Estamos a falar de elementos como: a qualidade dos diferentes momentos vitais (nascimento, juventude, doença...); a dimensão mais positiva ou negativa das situações (amor-matrimónio; doença-unção); a coincidência ou não com momentos biológicos de passagem (adolescência-confir-

mação; conversão-penitência); a possibilidade de viver tais situações com maior ou menor lucidez e consciência (ministério ordenado; batismo de crianças)...

Vejamos, então, qual é a situação vital própria do sacramento da penitência. Podemos defini-la deste modo: «É uma situação de pecado, com o desejo de conversão, na esperança de perdão».

a) Situação de pecado: não se trata de um pecado qualquer, mas daquele que supõe uma rotura de comunhão com Deus e com a Igreja, isto é, o pecado verdadeiramente sério. É este que constitui a situação própria do sacramento, e não, em sentido estrito, o pecado leve ou quotidiano, ao qual deve responder a conversão permanente. Na verdade, o pecado não é o centro do sacramento, é antes o seu trágico ponto de partida. Quem põe o centro no pecado corre o perigo de deformar o sacramento, ao centrar o processo mais no remorso ou na culpabilidade. No entanto, é só a partir da consciência de pecado que se desencadeia o movimento e o processo da e para a reconciliação. Quem não tem consciência de pecado ou não tem pecado, também não tem motivo para converter-se.

b) Com o desejo de conversão: não basta conhecer o pecado, é preciso reconhecê-lo com vontade sincera de conversão. A verdadeira situação vital do sacramento não é dada somente pelo pecado sério, mas também pelo desejo e pela vontade de sair dessa situação, convertendo-se. Situação penitencial que não inclua, pelo menos, esse desejo (maior ou menor) não é sacramental.

A conversão é a chave e o centro da penitência. A conversão é fruto da graça e implica já a graça como fruto, ou seja, o começo do próprio sacramento.

c) *Na esperança do perdão*: o perdão é a verdadeira meta do sacramento. Todo o dinamismo sacramental está marcado pela esperança do perdão, pela confiança em Deus misericordioso que nos acolhe com amor, mediante o acolhimento eclesial. Aquele que não tem esperança no perdão, que se constitui em juiz próprio, absolvendo-se ou condenando-se a si mesmo, não pode encontrar a palavra misericordiosa do Pai. Crer que Deus não nos pode perdoar, não confiar na reconciliação é o maior obstáculo para a alcançar e para a celebrar. A situação penitencial é-o sobretudo porque acontece nessa esperança.

C) Especificidade da situação penitencial

É evidente que, quando um cristão vive a situação anterior com plena consciência e sinceridade, não pode deixar de ver realizadas nele as condições ou peculiaridades de toda a situação sacramental. Aquele que, a partir de uma sensibilidade cristã, vê fracassar o seu ideal e vive a experiência de não inocência, questiona-se de modos diferentes: Quem sou eu? Para onde vou? Porquê esta dualidade e «incompletude»? Onde estão o bem e o mal? Porque faço o que não quero e não faço o que quero?...

Nestas interrogações, está evidentemente a recapitular a sua existência toda: passado de pecado, presente de conversão e futuro de vida renovada entram como centros qualificadores da sua experiência. E não é ape-

nas uma questão de discurso racional ou contemplação espiritual, trata-se de qualquer coisa que mexe com todo o ser e implica todos os estratos que o constituem. Tudo o leva, de uma ou outra forma, a encontrar-se com o seu próprio mistério, a tocar nas profundidades do seu próprio ser, onde o Outro se revela também como o misteriosamente presente.

Por isso mesmo, nesta situação de convite e presença misteriosa da graça, o homem pecador sente-se convidado a tomar uma decisão fundamental: ou a favor ou contra Deus, ou fechar o coração ao convite ou abrir-se ao perdão, pela esperança. Seja qual for a decisão, é evidente que dela depende o novo modo de relação consigo mesmo, com os outros e com Deus, ou porque essa relação se quer estabelecer pelo amor, ou porque não se põem os meios para a continuar por egoísmo.

Mas a questão que aqui mais interessa é: em que se diferencia esta situação sacramental penitencial das outras em que se enraízam os outros sacramentos?

– Em primeiro lugar, no sacramento da penitência está em causa uma situação de pecado pessoal sério: não de um pecado leve, mas de um pecado de rotura da comunhão que impossibilita a plena celebração dos outros sacramentos. Não se trata também de um pecado pré-baptismal, mas de um pecado pós-baptismal.

– Em segundo lugar, esta situação compromete de forma especial a liberdade: se bem que todos os outros casos impliquem a liberdade, em nenhum outro como neste o homem faz a experiência do poder da sua vonta-

de para o bem ou para o mal, ao decidir-se no profundo do seu ser perante Deus e os outros. O grande mistério da penitência consiste também em que o homem, a partir do seu ser «criatura», se rebela contra Deus; e, apesar disso, Deus sai ao seu encontro para o perdoar.

– Em terceiro lugar, encontramos-nos com uma situação que supõe um «trânsito» vital, mas não um trânsito biológico: outros sacramentos, como a unção, supõem esse trânsito (doença); na penitência não existe nenhuma coincidência com uma mudança biológica, mas com uma mudança vital ou de atitude, com uma transformação que reorienta a vida toda.

– Em quarto lugar, esta situação não é irrepetível, mas repetível: outros sacramentos, como o baptismo, a confirmação, a ordem, não se podem receber e celebrar mais do que uma vez. Em contrapartida, na penitência sabemos que, por causa da debilidade humana, é permitido voltar sempre e renovar a reconciliação (embora até ao século VII também tenha sido considerada irrepetível).

– Em quinto lugar, não se trata de uma situação somente positiva, mas de uma situação negativa em ordem a uma positiva: o matrimónio (amor) ou o ministério ordenado (função) são situações que se podem qualificar somente de positivas, na medida em que não implicam em si deficiência alguma. A penitência, pelo contrário, começa no negativo do pecado e caminha para o positivo da conversão e do perdão.

Índice

<i>Introdução</i>	5
1 – Visão antropológica: que tem o sacramento a ver com a vida?	7
1. Princípios de compreensão	8
<i>A) A reconciliação penitencial tem a sua raiz na própria vida</i>	8
<i>B) A reconciliação penitencial: um «encontro-a-três»</i>	9
<i>C) Reconciliação penitencial: nomes para um mistério</i>	10
2. Experiências humanas de reconciliação penitencial	11
<i>A) A experiência da «não totalidade»</i>	12
<i>B) A experiência da «não inocência»</i>	13
<i>C) A experiência da «não justiça»</i>	14
<i>D) A experiência da dependência</i>	14
<i>E) A experiência da divisão</i>	15
<i>F) A experiência da insegurança</i>	15
<i>G) A experiência da alegria</i>	16
<i>H) Sentido da reconciliação a partir da experiência</i>	17
3. Situação vital e sacramento da reconciliação penitencial	18
<i>A) A conversão-penitência, um existencial cristão</i>	19
<i>B) A situação vital do sacramento da penitência</i>	20
<i>C) Especificidade da situação penitencial</i>	22
2 – Explicação teológica: sentido e conteúdo do encontro de reconciliação	25
1. Elementos essenciais do processo penitencial	25
2. O sacramento da penitência como encontro de reconciliação	27

<i>A) Várias formas de reconciliação</i>	27
<i>B) Deus misericordioso ao encontro do homem pecador.....</i>	29
<i>C) A Igreja, mediadora da reconciliação</i>	32
<i>D) O homem pecador ao encontro de Deus misericordioso</i>	41
<i>E) Conclusão</i>	50

3 – Celebração plural: como viver e celebrar a reconciliação penitencial

	55
1. As formas históricas de celebrar a penitência.....	55
<i>A) Novo Testamento: entre a misericórdia e a excomunhão.....</i>	56
<i>B) Séculos II e III: penitência para a eucaristia</i>	58
<i>C) Do século IV ao VII: ascese penitencial para a conversão ...</i>	59
<i>D) Do século VII ao século XIII: medição do pecado para a penitência.....</i>	63
<i>E) Do século XIII ao século XVI: confissão para a absolvição ..</i>	66
<i>F) Do século XVI ao século XX: sacramento para o perdão</i>	68
<i>G) A renovação do sacramento da penitência no Concílio Vaticano II.....</i>	68
2. As diferentes formas de celebrar o sacramento	71
<i>A) As formas «quotidianas» de conversão e de reconciliação....</i>	73
<i>B) As formas litúrgicas de conversão-reconciliação</i>	78
<i>C) As formas sacramentais de conversão-reconciliação: o sacramento da penitência</i>	85
3. A recepção destas formas de penitência.....	107
<i>A) Âmbito pastoral-comunitário</i>	107
<i>B) Âmbito psicológico-pessoal.....</i>	110
<i>C) Existem novas possibilidades?</i>	113
4. Aplicação pastoral.....	118
<i>A) Complementaridade de formas penitenciais.....</i>	118
<i>B) Necessidade de um ritmo penitencial</i>	119
<i>C) Coerentes com o que acreditamos.....</i>	120

4 – Uma proposta antiga, mas sempre nova: o processo penitencial	123
1. Fundamentação histórica.....	123
A) Na estrutura de excomunhão (<i>Escritura</i>).....	124
B) Na «estrutura de penitência» (<i>séculos III-XIII</i>).....	124
C) Na estrutura de confissão (<i>séculos XIII-XX</i>).....	126
D) Na estrutura de reconciliação (<i>a partir do Vaticano II</i>).....	126
2. Fundamentação teológica	127
A) Fundamentados na antropologia	127
B) Fundamentados na coerência teológica.....	128
C) Fundamentados na eclesiologia penitencial	129
D) Fundamentados na exigência ética ou relação com a justiça	130
3. Aplicação pastoral.....	131
A) Proposta de uma Forma D.....	131
B) Aplicação litúrgica às várias formas sacramentais.....	133
Conclusão.....	139
Índice.....	141